

20 NOV 1980 GDF poderá perder parte do orçamento

O Senado Federal aprovou ontem o Orçamento do Governo do Distrito Federal para o exercício financeiro de 1981 relativo ao gabinete do Governador, à Procuradoria Geral e às secretarias de Governo, de Administração e de Finanças. O restante do Orçamento não foi votado, mas somente discutido, porque o senador Dirceu Cardoso (sem partido - ES) solicitou verificação de **quorum** e havia somente sete senadores em plenário. O número mínimo para votação é de 34 senadores e a matéria foi adiada para a sessão de hoje.

Se o restante do Orçamento (relativo às secretarias de Educação e Cultura, Saúde, Serviços Sociais, Viação e Obras, Serviços Públicos, Agricultura e Produção, Segurança Pública, e ao Tribunal de Contas do DF) não for aprovado até o final da semana, poderá ser arquivado, prevalecendo assim para 1981, o orçamento de 1980. Segundo a Constituição, o orçamento deverá chegar à Presidência da República para sanção até 30 de novembro. Depois do plenário do Senado aprovar a matéria, em turno único, a mesma voltará à Comissão de Redação, voltando depois novamente ao plenário para ser aprovada a redação final. Tendo em vista o acúmulo de projetos tramitando no Senado a ser apreciado, dificilmente a matéria chegará à Presidência da República até o próximo dia 30.

DEMISSÃO FOI A CAUSA

Alertado pela Mesa do Senado sobre os prazos de tramitação do orçamento, e o perigo do mesmo ser arquivado, os senadores Itamar Franco (PMDB-MG) e Dirceu Cardoso (sem partido - ES), que haviam solicitado verificação de **quorum**, voltaram atrás e deixaram que parte do orçamento fosse aprovado com a presença de sete senadores em plenário. Mas, quando chegou a vez do orçamento da secretaria de Educação e Cultura, o senador Dirceu Cardoso lembrou de matéria publicada na imprensa, dando conta de que a secretária Eurides Brito estava querendo demitir professores da Fundação Educacional e, em nome destes mestres, obstruiu a matéria solicitando a votação nominal. Como não havia quórum suficiente, o restante do orçamento teve sua votação adiada, para hoje, tendo a sessão prosseguido apenas com a discussão do mesmo.

Dirceu Cardoso protestou também que parte dos pareceres emitidos pela Comissão do Distrito Federal eram superficiais, sem nenhum aprofundamento sobre a matéria apreciada. Como relator do orçamento do gabinete do Governador e o da Procuradoria-Geral do DF, o senador Itamar Franco concordou com o parlamentar capixaba e justificou a sua parte lamentando que o Senado não tem estrutura

para legislar para o DF, pois os senadores mal se preocupam com os problemas dos seus Estados.

- "Não temos estrutura sequer pra dar um parecer sobre o orçamento de Brasília, nem para acompanhá-lo" - afirmou o senador mineiro, acrescentando que as matérias relativas ao DF nunca mereceram a atenção do Senado e que esta situação continuaria inevitavelmente até que Brasília tivesse uma representação política, para apreciar os seus problemas e o seu orçamento.

ABONO

Itamar Franco lamentou também que o presidente João Figueiredo tenha vetado emenda aprovada por unanimidade pelo Senado ao projeto que autorizava o GDF a abrir crédito complementar no orçamento deste ano, em virtude de excesso de arrecadação. A emenda vetada por Figueiredo destinava cerca de 9 milhões de cruzeiros deste crédito suplementar para que o governador Aimé Lamaison pudesse dar um abono de fim de ano para os servidores do GDF. "O coronel Lamaison - frisou Itamar - já tinha concordado com o abono, razão pela qual estranho que o presidente Figueiredo o tenha vetado".

ORÇAMENTOS APROVADOS

O orçamento aprovado para o gabinete do governador é de Cr\$ 268 milhões 650 mil, e tem um acréscimo de 60,38% em relação ao do ano passado. O da Procuradoria-Geral é de Cr\$ 131 milhões 985 mil, e foi acrescido em 87,57 por cento. O da secretaria de Governo é da ordem de Cr\$ 1 bilhão 67 milhões 486 mil. Deste total, as administrações Regionais receberão o seguinte: Núcleo Bandeirante (Cr\$ 34.369,00); Gama (Cr\$ 52.035,00); Taguatinga (Cr\$ 102.264,00); Brazlândia (Cr\$ 22.708,00); Sobradinho (Cr\$ 38.973,00); Planaltina (Cr\$ 24.828,00) e Setor de Abastecimento e Indústria (Cr\$ 32.798,00).

O orçamento aprovado para a secretaria de Administração é de Cr\$ 1 bilhão 182 milhões 260 mil, o que representa um acréscimo de 26,35%. Deste total, Cr\$ 208.925.000,00 serão para manter a frota de veículos da administração direta do GDF em perfeitas condições de funcionamento e para substituir parte da frota para carros a álcool. Já o orçamento da secretaria de Finanças é de Cr\$ 2 bilhões 686 milhões 614 mil, que corresponde a 12,25% da despesa global do DF.

O orçamento total do GDF para 1981 é da ordem de Cr\$ 21 bilhões 921 milhões 585 mil e, segundo exposição de motivos do governador Aimé Lamaison, "a programação de recursos foi elaborada dando-se maior destaque às ações governamentais consideradas básicas para a elevação do nível de vida da comunidade do DF".